



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIATUBA  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIATUBA  
REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2016.**

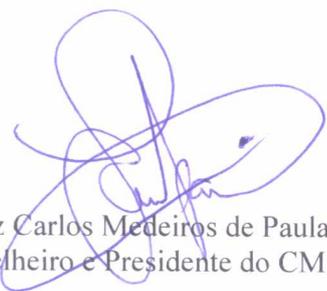
1 Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis foi realizada no Plenário José  
2 Soliani da Câmara Municipal de Indaiatuba, a partir das oito horas e trinta minutos, a Segunda  
3 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Indaiatuba para atender a seguinte pauta. **01.**  
4 **Abertura e verificação do quórum:** Após a verificação do quórum, o conselheiro Sr. Luiz Carlos  
5 Medeiros de Paula, presidente do Conselho Municipal de Saúde, deu início à reunião agradecendo a  
6 presença de todos, convidando a mim, Patrícia Carla Zanetti, Secretária Executiva do Conselho  
7 Municipal de Saúde a lavrar a presente ata. **2. Deliberação para alteração da Lei Municipal do**  
8 **Conselho Municipal de Saúde nº 5.877 de 19 de maio de 2011 em Artigo 4º, Parágrafo 4º.** O  
9 Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Luiz Medeiros, inicia a reunião com as boas-vindas aos  
10 presentes. Em seguida Luiz Medeiros faz as explicações sobre a alteração da Lei Municipal do CMS,  
11 dizendo que O Conselho Municipal de Saúde, em sua Décima Terceira (13ª) Reunião Ordinária de  
12 2015, aprovou a prorrogação do mandato da atual composição do Conselho Municipal de Saúde,  
13 considera a Resolução CMS nº 08 de 28 de outubro de 2015, que prorrogou o mandato do Conselho  
14 Municipal de Saúde até junho de 2017, considera que a lei Municipal nº 5.877 de 19 de maio de  
15 2011, diz em seu art. 4º, parágrafo 4º: “ A nomeação e a posse dos membros do Conselho serão  
16 realizadas por ato do poder executivo, para cumprimento do mandato de 03 (três) anos, possibilitada  
17 a reeleição uma única vez”. Relata a plenária à alteração da nova redação “ A nomeação e a posse  
18 dos membros do Conselho serão realizadas por ato do poder executivo, para cumprimento do  
19 mandato de 04 (quatro) anos para a atual composição que teve início em 21 de junho de 2013,  
20 possibilitada a reeleição uma única vez para os conselheiros(as) titulares desde que os  
21 conselheiros(as) não estejam cumprindo o segundo mandato”, para que o departamento jurídico  
22 analise e encaminhe ao poder legislativo para alteração da referida Lei Municipal e após o poder  
23 executivo para assim decretar: A conselheira Daniela Pellizzari questiona o porquê da atual  
24 composição. Luiz Medeiros explica que a lei é para ser alterada a partir do mandato atual que  
25 terminará no ano de 2017. A Maria Lucia - técnica da Secretaria de Saúde salienta que a Lei é para  
26 prática deste grupo. O conselheiro Wainer Quitzau fala que o Conselho de Saúde não tem o poder de  
27 legisla e o responsável por isso é a Câmara de vereadores, onde o poder executivo encaminha a  
28 documentação e o poder legislativo que realiza a aprovação. Continua dizendo que apóia a nova  
29 redação devido este ano ser político onde se torna complicado realizar a eleição do CMS. A  
30 conselheira Daniela reforça dizendo que o poder executivo e legislativo irão poder dizer se a nossa  
31 redação está correta. O Luiz Medeiros encaminha para o pleno a deliberação da alteração da Lei  
32 Municipal do CMS nº 5.877 de 19 de maio de 2011 em Artigo 4º, Parágrafo 4º, sendo aprovado por  
33 todos(as) conselheiros(as) presentes com direito a voto. **3. Apresentação da nova Unidade de Saúde**  
34 **DST/AIDS.** A responsável pelo Programa Municipal DST/HIV/AIDS/HV/TB/MH Pamela Santos,  
35 inicia a apresentação dizendo que o programa passou por uma reestruturação e fala da conquista da  
36 nova unidade. Observa que o programa conta com os serviços de SAE – Serviço de Atendimento  
37 Especializado de Indaiatuba e o CTA – Centro de Testagem e aconselhamento, fala da estrutura  
38 física do prédio, fala do número de consultas realizadas no SAE/CTA no período de 01/2015 a  
39 02/2016, fala das atividades e ações desenvolvidas pelo programa no ano de 2015 e as ações já  
40 desenvolvidas no ano de 2016 como a realização do Matriciamento da Rede Básica de Saúde para  
41 implantação do Protocolo de atendimento dos casos de Tuberculose e Pneumologia e a implantação  
42 de discussão de casos das DST/HIV/AIDS/HV no SAE/CTA, com profissionais da rede básica de

43 saúde e a equipe multiprofissional do SAE/CTA, entre outros, fala sobre a Casa de Apoio tipo II que  
44 é a Associação Filantrópica São Francisco de Assis, está destinada a cuidar de Pacientes Portadores  
45 de HIV/AIDS/HV, dependentes de cuidados especiais. Atualmente a Casa de Apoio está habilitada  
46 com 32 leitos, para acomodar pacientes acamados em situação de vulnerabilidade assistencial e  
47 social. O incentivo repassado pelo Governo Federal no ano é de 307.200,00, recebendo também um  
48 recurso do Governo Estadual de 230.400,00/ano e 144.000,00/ano do Governo Municipal, para  
49 manutenção dos leitos. Incentivo este regulamentado pela Portaria 3276, de 26/12/2013. Explica  
50 sobre o recurso financeiro Federal repassado ao Programa Municipal DST/HIV/AIDS/HV, a Portaria  
51 GM/MS 3276 de 26 de dezembro de 2013. “Regulamenta o incentivo financeiro de custeio das ações  
52 de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais, previsto no art. 18, inciso II,  
53 da Portaria 1378/GM/MS de 09 de julho de 2013, com a definição de critérios gerais, regras de  
54 financiamento e monitoramento.” Repasse do incentivo de R\$ 125.000,00/ano. Prossegue a Pamela  
55 observando que até o ano de 2014 o Programa não tinha seu próprio CNES – Cadastro Nacional de  
56 Estabelecimentos de Saúde então os dados eram computados juntos com o Hospital Dia, com a  
57 conquista do novo CNES a partir de 2015 a unidade passa a ter seus próprios dados “que é uma  
58 vitória”, salienta, com o CNES próprio conseguimos saber onde há a necessidade de maior atuação.  
59 No CTA o paciente recebe toda orientação sobre a doença, realiza os testes e após o resultado se  
60 positivo é encaminhado para o tratamento adequado. Solicitando a palavra a Maria Lucia questiona  
61 de como iniciou o financiamento para a nova unidade. Pamela fala que o programa de AIDS tinha  
62 recurso guardado e no ano de 2013 saiu uma portaria de inclusão e exclusão para repasse financeiro e  
63 quem recebe são municípios prioritários, nós fizemos a adesão, implantamos o CNES o CTA e  
64 devido a isso conseguimos a verba e a unidade especializada. Para construção o recurso foi de R\$  
65 269.000,00 e R\$ 70.000,00 para imobiliários verba toda financiada pelo governo federal. O Sr. João  
66 Carlos Araujo questiona sobre a equipe multifuncional. A Pamela explica que os profissionais como  
67 técnicos, administrativo, enfermeiros a carga horária é exclusiva na unidade somente o profissional  
68 médico que não, mas salienta que tem medico todos os dias na unidade. O Sr. João se coloca a  
69 disposição para palestrar sobre racismo institucional na unidade. O conselheiro Wainer Quitzau  
70 pergunta qual é o papel do CNES e também parabeniza o trabalho de todos os profissionais da  
71 unidade. Pamela observa que o CNES é quem regulamenta o trabalho da unidade, pois toda ação  
72 gera recurso, cada teste gera recurso e para manter o repasse precisa obter o CNES, tem a finalidade  
73 também de pontuar o trabalho do programa e que o município tem paciente. A Maria Lucia afirma  
74 que o CNES é de extrema importância e todas as unidades têm que ter essa identidade e dentro dessa  
75 identidade (CNES) tem que constar toda a estrutura física, carga horária, para o programa poder  
76 receber o recurso. Hoje o programa DST/AIDS é um Centro de Especialidades e devido o crescente  
77 da unidade que se recebe o recurso federal. Continua a Pamela dizendo que esse ano a linha de  
78 cuidados está pactuado R\$ 300.000,00 de recurso, inclusive ao cadastramento do paciente no  
79 CICLON. Observa que o ministério da Saúde analisa o município de varias maneiras e através do  
80 nosso trabalho estamos conseguindo todos os recursos oferecidos. A conselheira Daniela Pellizzari  
81 indaga sobre o total do financiamento (somasse junto com a casa de apoio e o numero de pacientes  
82 atendidos). Pamela fala que cadastrados e atendidos são 2.585 pacientes e o repasse é de R\$  
83 57.000,00/mês entre estado e federal para atendimento de 32 pacientes. Continua dizendo que o  
84 projeto das ações para o ano de 2016 é de responsabilidade da equipe e o intuito é fazer  
85 multiplicadores. Com a fala o Presidente do Conselho observa que o trabalho desenvolvido pela  
86 equipe está de parabéns e informa que o CMS irá convocar através da Secretaria Municipal de Saúde  
87 todas as unidades para apresentarem as ações desenvolvidas para que os conselheiros (as) também  
88 poderem multiplicar o trabalho das unidades junto vamos mais longe”, salienta, o conselho é uma  
89 ferramenta de gestão e está aberto para discussões e segue o regimento. Orienta os representantes dos  
90 serviços para que documentos a serem encaminhados para o conselho que venham através da  
91 secretaria, pois nenhuma unidade te poder para convocar o conselho. **4. Apresentação da**

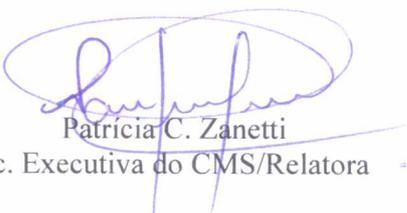
92 **Reestruturação do CEREST e do Plano Anual do CEREST em 2016:** O coordenador Sebastião M.  
93 R. Filho inicia a apresentação agradecendo a oportunidade e fala que a população não conhece o  
94 trabalho do CEREST (Centro de Saúde do Trabalhador de Indaiatuba), que é um Centro de Pesquisa  
95 e Gerenciamento, onde são estudadas maneiras de melhorar as condições de trabalho. O CEREST é  
96 referencia para as cidades de Monte Mor, Cabriúva, Itupeva e Santa Barbara do Oeste e é vinculado a  
97 Secretaria Municipal de Saúde e a Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador (RENAST),  
98 do Ministério da Saúde. O CEREST é composto por doze profissionais de saúde, explica sobre as  
99 principais legislações, fala das ações realizadas no ano de 2015 como a pratica de Lian Gong, entre  
100 outros, fala dos trabalhos educativos e das ações já realizadas em 2016, sendo, palestras e  
101 treinamentos referentes à saúde e cuidados com a voz destinados aos professores da Rede Municipal,  
102 totalizando 100 pessoas. Continua dizendo que o CEREST atende a todos os trabalhadores formais,  
103 informais, autônomos e estatutários que são portadores ou suspeitos de doenças ocupacionais e  
104 vítimas de acidentes do trabalho na área urbana ou rural. Solicitando a palavra a Maria Lucia solicita  
105 o numero de notificações de agravos notificados pelo HAOC para preencher o quesito notificação na  
106 Avaliação anual do HAOC. O conselheiro Wainer Quitzau indaga sobre o relacionamento entre o  
107 CEREST e o SESI. Sebastião informa que as indústrias em geral não vêem o CEREST com bons  
108 olhos, a equipe está tentando mostrar para as indústrias a necessidade de realizar os exames  
109 periódicos dos trabalhadores e a importância de trabalhar em parceria, pois os resultados são  
110 gratificantes. Com a palavra, o conselheiro de unidade João Carlos Araujo questiona quanto ao  
111 suporte aos municípios sem ter funcionários, e se o CEREST tem o apoio desses municípios e como  
112 sobrevive o CEREST. O Sebastião fala que o suporte técnico a esses municípios é obrigatório através  
113 do Ministério da Saúde, recebemos a verba de R\$ 30.000.00/mês para realizar ações incluindo os  
114 municípios de abrangência e esses municípios possuem equipes para fazer seus trabalhos e o  
115 CEREST oferece apoio. O recurso recebido é para uso exclusivo do CEREST não podendo ser  
116 utilizado na rede. O conselheiro José Caldeira pergunta se as empresas de Indaiatuba estão  
117 vinculadas ao CEREST. Sebastião explica que o CEREST não possui vinculo com nenhuma  
118 empresa e sim com a Secretaria de Saúde e Ministério de Saúde. O Luiz Medeiros fala que a saúde  
119 do trabalhador é uma política deixada de lado e Indaiatuba vem se destacando, o CEREST está  
120 realizando um trabalho bonito e é de extrema importância ter um olhar para o CEREST e que a  
121 CISTT (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora) o Ministério da Saúde criou  
122 para dar suporte, apoiar e reivindicar o que está acontecendo no CEREST e os municípios de  
123 referencia não conhecem o CEREST e alguns trabalhadores possuem anos de CEREST e não sabem  
124 o que é. Continua dizendo que a CISTT no nosso município precisou interferir no CEREST no ano  
125 passado para hoje estar funcionando. Salaria Luiz dizendo que o conselho através da comissão da  
126 CISTT se prontifica a participar junto com os outros municípios para implementar a saúde do  
127 trabalhador (a). Fala que a CISTT está passando por uma reestruturação onde está sendo agregadas  
128 mais entidades. Solicitando a palavra o Conselheiro Wainer Quitzau observa que o CEREST tem  
129 história no município e precisa ser resgatada e trazer de volta as pessoas para participar. **5. Extra**  
130 **Pauta:** O Conselheiro e Presidente do CMS Luiz Medeiros informa sobre o **curso Rede de**  
131 **Cidadania e Saúde** que o Conselho e a Secretaria de Saúde estão participando na cidade de Jundiá  
132 na Escola de Governo e Gestão durante quatro segundas feiras de 15 de fevereiro a 07 de março no  
133 período da manhã e observa que o curso é muito bom e a Escola disponibilizou mais oitenta vagas  
134 para o município e quem quiser se inscrever favor enviar o nome por e-mail ou telefone para o  
135 Conselho. Informa também sobre a **Audiência Publica da Secretaria de Saúde referente ao 3º**  
136 **quadrimestre do ano de 2015** que acontecerá no próximo dia 24 de fevereiro as 08h30min no  
137 Plenário José Soliani. Comunica que a **Comissão Fiscalizadora do Conselho** iria se reunir no dia 22  
138 de fevereiro conforme calendário, mas devido alguns membros da Comissão estarem fazendo o curso  
139 mencionado acima se reunirá no dia 26 de fevereiro na sala do CMS as 8h30min. **06.**  
140 **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o conselheiro e presidente Sr. Luiz Carlos

141 Medeiros de Paula deu por encerrada a reunião. Considerando a Seção III – Da Presidência resolve  
142 aprovar está ata por ad referendum conforme art. 55 parágrafo V do Regimento Interno do Conselho  
143 Municipal de Saúde.  
144

Indaiatuba, 17 de fevereiro de 2016.



Luiz Carlos Medeiros de Paula  
Conselheiro e Presidente do CMS



Patricia C. Zanetti  
Sec. Executiva do CMS/Relatora



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIATUBA  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**LISTA DE PRESENÇA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2016.**

	NOME	SEGMENTO	ASSINATURA
1	Luiz Carlos Medeiros de Paula	Usuários	
2	Ana Lucia Fenício Bonesso	Usuários	
3	Mario Rodrigues Ramos	Usuários	<i>Ramos</i>
4	Maria Helenira dos Santos Antunes	Usuários	
5	Maria Terezinha Schiapatico Miqueleti	Usuários	<i>Miqueleti</i>
6	Maria Nazareth de Souza Caviquioli	Usuários	
7	José Marques Caldeira Filho	Usuários	<i>Caldeira</i>
8	Rubens Martins Pereira	Usuários	
9	Andréa Bernardinetti Muller Haas	Prof. e Trabalhadores	
10	Luis Antônio de Melo	Prof. e Trabalhadores	
11	Tiago Gomes da Silva	Prof. e Trabalhadores	
12	Gabriel Carvalho de Alvarenga	Prof. e Trabalhadores	
13	José Roberto Stefani	Gestor/Prestadores	
14	Rita de Cássia J Vaz	Gestor/Prestadores	
15	Rogério Giora Pereira	Gestor/Prestadores	
16	Lucilene Codato Pereira	Gestor/Prestadores	
17	Daniela Pellizzari	Usuários	<i>h.</i>
18	Mariane Segato Peres	Usuários	
19	*****	Usuários	*****
20	Claudio Denni	Usuários	<i>Denni</i>
21	Wainer Quitzau	Usuários <i>TAESA</i>	<i>Quitza</i>
22	Sergio Baptista Ferreira	Usuários	
23	Rogério Gottardi de Moraes	Usuários	
24	Aldo Gomes de Souza	Usuários	
25	Alexandro Marcos Menegócio	Prof. e Trabalhadores	
26	Gabriela Mariotoni Zago	Prof. e Trabalhadores	
27	Cristiane Coelho Balesteiro	Prof. e Trabalhadores	
28	Cândica Acácia Barroca	Prof. e Trabalhadores	
29	Marco Antônio Barroca	Gestor/Prestadores	<i>Barroca</i>
30	José Carlos Ribeiro da Motta Filho	Gestor/Prestadores	
31	André Luiz Guimarães	Gestor/Prestadores	<i>André Luiz Guimarães</i>
32	Elaine Alessandra Silva Ottaviano	Gestor/Prestadores	
	<b>Convidados assinar abaixo nome legível</b>		
01	MARIA LUCIA F. DE LIMA	GESTOR	<i>Lima</i>
02	Nayana Marina de Souza Melo	SAG/CTA	<i>Nayana</i>
03	Ana Carolina Damasceno	SAE/CTA	<i>Damasceno</i>
04	Famela CT Santos	SAE/CTA	<i>Santos</i>
05	Cedimara Luis Silva	Trabalhadora	<i>Silva</i>
06	Luciana Helena Pinheiro	Divisoria	<i>Pinheiro</i>
07	Cláudio Ap. de Oliveira	USUÁRIO	<i>Oliveira</i>
08	Evaristo Jacinto da Silva	U	<i>Jacinto</i>
09	Letiane Ramos Farias dos Santos	PCS UBS-9	<i>Santos</i>
10	Valéria Ramonato Bernardes	PSF JD Brasil	<i>Bernardes</i>
11	Luiz Carlos de Paula	UBS X	<i>Paula</i>
12	Cláudio D. Moller	PSF Corolla	<i>Moller</i>
13	Regina Antonia Ferreira	ACS - PSF Itamaracá	<i>Ferreira</i>



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIATUBA  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

14	maria das graças m. Bandeira	UBS IV	
15	Fernanda Gimenti Jus	avaliadora / UAC	
16	Stalo Romide alves	SAÚDE	
17	SEBASTIÃO MASSIAS Ramos Filho	COORDENADOR GERAL	
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			
51			
52			
53			
54			
55			
56			
57			
58			
59			
60			
61			
62			
63			